

Da produção e consumo para a circulação do afeto



Por Patricia Clough

Tradução: Lucas Faial Soneghet

**O texto a seguir é uma tradução das páginas 21 a 29 do capítulo "Introduction" escrito por Patricia Ticineto Clough no livro "The Affective Turn: theorizing the social", cuja referência completa está no final. É o quinto e último em uma série de traduções que englobou toda a introdução do livro.*

Vários ensaios focam no trabalho afetivo e repensam o capitalismo em seu movimento da subsunção formal para a subsunção real da "vida ela mesma". Os ensaios abordam o trabalho afetivo pago e não pago, ambos em relação a economias globais e baseadas nacionalmente, na era do ajuste estrutural. Em "Women's Work and the Ambivalent Gift of Entropy", David Staples repensa os estudos feministas marxistas da década de 1970 sobre trabalho doméstico feminino e seu trabalho não pago. Ele argumenta que esses estudos funcionam nos limites de uma "economia política restrita", em vez de uma "economia política geral". Staples pega a distinção de Georges Bataille, que o ajuda em sua elaboração do que Gayatri Chakravorty Spivak chama de "uma textualidade

expandida do valor”.¹ Ele aborda a economia geral da dádiva na figura do trabalho baseado no lar, retrazendo a tendência que trabalhadores domésticos têm de ir para fora da operação do sistema fechado da economia restrita concebida pela economia marxiana ortodoxa e pela economia política neoclássica também. Tomando nota das reflexões de Jacques Derrida sobre a dádiva, Staples finalmente encontra um caminho para abordar as especulações pós-termodinâmicas apropriadas para o trabalho reprodutivo não pago em uma era de ajuste estrutural. Em “Always in Display: Affective Production in the Modeling Industry”, Elizabeth Wissinger foca no trabalho de modelos. Argumentando que o entendimento do corpo em termos de capacidades afetivas se prova um modelo mais efetivo para pesquisar corpos pós-modernos, Wissinger traça os links entre o crescimento de tecnologias de imagem, o crescimento da indústria de modelos e o investimento crescente em meios de modular o fluxo afetivo entre corpos. Wissinger aponta para a socialização do afeto ou da capacidade afetiva no capitalismo do fim do século XX como um jeito de pensar para além da entonação subjetivista das críticas tradicionais da cultura de consumo. O ensaio “In Calcutta, Sex Workers Organize” de Melissa Ditmore toma o trabalho em uma economia afetiva com objetivo de entender a prostituição como trabalho sexual e argumentar que os abusos conectados a prostituição e tráfico, que a lei e as políticas públicas buscam legislar, seriam melhor tratados em termos de questões de trabalho visando o empoderamento de trabalhadoras sexuais. Em “More Than a Job: Meaning, Affect and Training Health Care Workers”, Ariel Ducey foca nos trabalhadores da saúde – assistentes de enfermagem, técnicos e outros trabalhadores paraprofissionais – e na indústria educacional e de treinamento que alista esses trabalhadores em capacitações durante a maioria de suas carreiras. Enquanto corresponde aos desejos dos trabalhadores de transformar seu trabalho em “mais do que um emprego”, a indústria do treinamento e da educação não somente prospera. Ela investe nos afetos dos trabalhadores da saúde, contribuindo fortemente para a generalização do trabalho de serviço para uma economia afetiva.

¹ Gayatri Spivak, “Scattered Speculations on the Question of Value,” in *In Other Worlds* (New York: Routledge, 1988), 154–175.

George Caffentzis discute a crise de energia em 1973 e o investimento em tecnologia naquela época no contexto de uma relação cambiante entre lucros e salários. Focando nos movimentos que começaram no fim da década de 1960 – que estavam ligados às políticas de identidade de gênero, sexualidade, raça, etnicidade e nação – Caffentzis argumenta que estes forçaram um rompimento do regime Keynesiano-Fordista de acumulação. No desenvolvimento Keynesiano-Fordista do Estado de bem-estar, junto com a extensão do consumo em massa, a reprodução do trabalhador é trazida para dentro do mercado. Há uma subsunção formal do trabalho ao capital e o consumo em massa se torna uma força de produção. Ao mesmo tempo, há uma intensificação da produtividade da força de trabalho, dada a expansão de tecnologias de redução do trabalho. Como resultado, aumenta o desequilíbrio entre salários e lucros, intensificado por movimentos de liberação e pela recusa de seus participantes em produzir e reproduzir. Os capitalistas respondem reajustando a composição orgânica do investimento e acumulação de capital.

Para Caffentzis, isso tudo quer dizer que no começo da década de 1970 há um investimento aumentado no lado de alto investimento do capital, nas indústrias com alta intensidade de capital como as de informação e comunicação, resultando no aumento dos preços dessas mercadorias, mas sem aumento real na produtividade do trabalho. Na medida em que lucros divergem da produção de mais-valia, ocorre uma ruptura na ligação Keynesiana entre salário, lucro e aumentos em produtividade. Salários são desconectados da produção e do valor de uso do trabalho, de modo que o salário e seus aumentos se tornam políticos; deve-se lutar pelos salários politicamente através de acordos entre gestores e sindicatos trabalhistas, enquanto trabalhadores buscam aumentos de salário baseando-se em demandas por sua educação e de sua prole, por assistência em saúde, por terapia, por treinamento de liderança e mais. Nessas circunstâncias, não é o salário que o capitalista tem de manipular para aumentar o lucro, mas os preços das mercadorias em geral.

Para manipular os preços de todas as mercadorias, capitalistas do início da década de 1970 manipularam o preço de uma mercadoria básica, uma que poderia afetar todas as outras, isto é, o preço da energia. Assim chegamos à crise do petróleo! Mas como foi possível aumentar o preço da energia, um aumento

que demandou também um incremento do investimento de capital no setor da produção energética, já intensivo em capital? De onde veio esse excesso de investimento? De acordo com Caffentzis, o excesso disponível para investimento veio da mais-valia extraída do trabalho no setor da economia de serviços, um setor de baixo investimento profundamente expandido, cuja expansão trouxe mulheres para o mercado de trabalho na medida em que as tarefas de reprodução social, outrora performadas pelas mulheres sem salário, se tornaram assalariadas. Assim, serviços reprodutivos foram mercantilizados e globalizados, tudo isso apontando para a subsunção da reprodução global no capital. É desse setor de trabalho de baixo escalão, expandido ao redor do mundo, que a mais-valia é extraída em longas horas de trabalho, usualmente de mulheres do mundo todo, e é transferida para o investimento no setor de energia, junto com o investimento em informação e tecnologias de informação.

Mas como, Caffentzis se pergunta, o investimento em energia se transformou em investimento em informação? Ele responde apontando para como o desenvolvimento tecnocientífico é necessário de várias maneiras para o investimento em energia no capitalismo do fim do século XX. Primeiro, a indústria de serviços é intensamente descentralizada e demanda tecnologias de informação e comunicação para funcionar. Segundo, tecnologias de informação e comunicação também são necessárias na transferência de mais-valia extraída do setor de baixo investimento da indústria de serviço para o setor de alta investimento das mercadorias de alto preço, o setor de informação e comunicação. Terceiro, há uma necessidade de autopolicar o capital constante; o investimento em tecnociência deve ser protegido de acidentes e sabotagem, até mesmo ao ponto de travar guerras. Tecnologias de vigilância são centrais em uma economia dependente de tecnologias de informação e comunicação.

Então enquanto há uma necessidade contínua por pesquisas e desenvolvimento enquanto ciência e tecnologia se tornam mais aparentemente inextricáveis uma da outra, parte dessa pesquisa e desenvolvimento é voltada a proteções tecnológicas do capital constante da própria tecnociência. Nessa situação, a necessidade de hipersimulação de riscos se traduz em mecanismos de controle que são feitos imanentes aos fluxos de informação e comunicação; tecnologias de informação e comunicação subordinam ou internalizam a auto-reflexividade. A

necessidade de disciplinar o trabalho pela interpelação de trabalhadores na ideologia da nação e da família é superada ou trazida para dentro do capital tão plenamente que um deslocamento para o controle direto se torna possível.

Então, o deslocamento para o controle não significa que o trabalho de trabalhadores de serviço e de trabalhadores de fábricas de baixo escalão ao redor do mundo não produzir mais-valia. No entanto, ao apontar para o impulso em direção ao controle – e o processo no qual se torna imanente às tecnologias de informação e comunicação, central para a acumulação de capital – a análise Caffentzis também sugere que repensemos o corpo orgânico, as assemblages máquinicas e a tendência a subsunção real do trabalho, ou da vida ela mesma ao capital. Afinal de contas, embora seja do interesse dos capitalistas deslocar trabalhadores com tecnologia, isso foi feito somente até certo limite, isto é, sem por em risco a reprodução das vidas de trabalhadores humanos. Com a subsunção real do trabalho no capital, não é somente a reprodução da vida de trabalhadores humanos, mas a vida ela mesma que é colocada em uma economia de risco. A vida é arriscada onde estima-se que o risco vale a pena. Repensar a importância do trabalho humano nesse contexto é repensar a relação entre corpos e valor, o corpo como organismo e o trabalho.

Negri sugere que a relação entre trabalho, corpo como organismo e valor mudou porque o valor de uso do trabalho não pode ser medido; ele não está mais do lado de capital, como estava por exemplo no feudalismo. Nem está simplesmente dentro do capital, porque a reprodução do trabalho, sendo subsumida pelo capital, se tornou uma forma de produção e, portanto, não é simplesmente uma reprodução não assalariada do trabalhador, adicionada ao valor de uso do trabalho. Com a subsunção real, o trabalho é situado em um “não-lugar” em relação ao capital – em lugar nenhum e em todo lugar, onde o trabalho continua o tempo todo, de modo que “o trabalho encontra seu valor no afeto, se o afeto for definido como ‘poder de agir’”.² Sendo assim, o capital produz seu próprio lado de fora a partir de dentro das vísceras da vida, acumulando no nível das capacidades corporais pré-individuais e colocando capacidades corporais pré-individuais para trabalhar. Por um lado, a biotecnologia busca tornar possível e lucrativo o controle do “trabalho performado rotineiramente pelas células,

² Negri, “Value and Affect”, 79.

proteínas e pelo DNA.”³ Por outro lado, os processos de trabalho, socialização e entretenimento são transformados na medida que são diretamente engajados na modulação da afetividade.

Numa economia do afeto, o valor é buscado na expansão ou contração da capacidade afetiva. Nesse sentido, o afeto é um poder ou potencial que não pode ser limitado. Poder ou potencial enfrentam obstáculos a expansão em vez de limitação. Enquanto tal, o poder de trabalho se torna ele mesmo “um subconjunto da atenção, um dos vários tipos de atenção possível que potencialmente produzem valor.”⁴ É nesse contexto que a educação se transforma em um controle biopolítico lucrativo, ou no que Massumi chama de “a energização – ou eliminação⁵ – do potencial.”⁶ Instituições de reprodução social se tornam nódulos de controle numa rede de fluxos econômicos, onde o capitalismo “usurpa” “a própria expressão de potencial. O movimento da relacionalidade. Se tornar junto. Pertencer.”⁷ Instituições como a escola, o sindicato, o hospital e a prisão funcionam como pontos de troca para circular corpos, junto com informação e capital, através de canais, não com fim de chegar a algum lugar, mas de manter os fluxos se movendo em velocidades diferentes. Entretanto, novos canais também podem se abrir nessa circulação, criando novas possibilidades e potencial de mudança dentro do capital para fazer um lado de fora para o capital.

Embora o trabalho afetivo não seja a forma primária de trabalho ao redor do mundo (a agricultura ainda é), há ainda assim um entrosamento da biopolítica com uma economia afetiva. Há uma marcação de população – algumas marcadas como vida valiosa e outras como vidas sem valor. É nesses termos que, cada vez mais, diferenças como aquelas de etnicidade, raça, gênero, classe, sexualidade e nação são materializadas. Alguns corpos ou capacidades corporais são derogados, o que torna suas afetividades super-exploráveis ou exauríveis até a morte, enquanto outros corpos ou capacidades corporais coletam o valor produzido por essa derrogação e exploração.⁸ Pode-se ver isso na relação forjada

³ Thacker, *Global Genome*, 201.

⁴ Jonathan Beller, “Capital/Cinema,” in *Deleuze and Guattari: New Mappings in Politics, Philosophy, and Culture*, ed. Eleanor Kaufman e Kevin Jon Heller (Minneapolis: University of Minnesota Press, 1998), 91.

⁵ Nota do tradutor: No original, os termos são “powering-up” e “powering-away”.

⁶ Massumi, *Parables for the Virtual*, 88.

⁷ *Ibid.*, 88.

⁸ Ann Anagnost, “The Corporeal Politics of Quality (Suzhi),” *Public Culture* 16.2 (2004): 189-208.

entre corpos vitimizados, aterrorizados e odiados trazidos para o discurso e práticas de contra-terrorismo, vigilância e guerras sem fim.⁹ Também há exemplos no tratamento do HIV/AIDS ao redor do mundo, no trágico de pessoas, no varejo de drogas, ou na adoção internacional, que apontam não somente para uma economia global do afeto, mas também para o deslocamento na governamentalidade em direção ao controle biopolítico a nível global, onde, como coloca João Biehl, há uma intensificação da “contradição entre uma cultura generalizada de direitos humanos e estruturas exclusivas emergentes através das quais esses direitos são realizados, biologicamente falando, mas só de maneira seletiva – quem, por quanto tempo e a que preço? Nesse contexto, ‘deixar morrer’ é uma ação política, contínua com o poder político e biomédico que ‘faz viver’.”¹⁰

Parece que uma das consequências não intencionais das organizações da administração social engajadas em vários tipos de trabalho de assistência, incluindo o trabalho centrado em direitos humanos a nível nacional, regional e global, é abrir canais para fluxos econômicos, contribuindo também para a expansão de tecnologias de informação e biotecnologias ao redor do globo. Essas organizações se prestam a extensão de uma economia política de seguridade e controle. Enquanto funcionam no rastro do ajuste estrutural imposto em economias de dívida, pede-se que administrem os efeitos devastadores. Auxiliando em fazer a dívida mais produtiva ao trata-la com uma economia do afeto microfinanciada moldada na demanda por direitos humanos e compromissos políticos de seguridade humana, essas organizações acabam desempenhando um papel ao empurrar um pouco mais a economia política mundial em direção ao afeto e ao desenvolvimento de controle biopolítico. Essas organizações também servem para prover a justificação moral para intervenção política “excepcional”, se não para intervenção (para)militar, sobrepondo-se a soberania nacional.¹¹

A passagem da disciplina para o controle biopolítico na economia do afeto global remonta ao surgimento do Estado moderno, quando, como Giorgio Agamben coloca, a demanda pela “vida livre”, “a vida boa”, resultou na colocação da vida

⁹ Sara Ahmed, “Affective Economies,” *Social Text* 79 (2004): 117-39; ver também Jasbir K. Puar, “Abu Ghraib: Arguing against Exceptionalism,” *Feminist Studies* 30.2 (2004): 1-14.

¹⁰ João Biehl, “Vita: Life in a Zone of Social Abandonment,” *Social Text* 68 (2001): 138.

¹¹ Michael Hardt e Antonio Negri, *Empire* (Cambridge, MA: Harvard University Press, 2000), 34-41.

biológica ou “vida nua” sob controle dos cálculos do Estado.¹² Mas, comentando o argumento de Agamben sobre a biopolítica, Mbembe argumenta que o colonialismo desempenhou papel importante no desenvolvimento da biopolítica, portanto, no neocolonialismo, o controle biopolítico só se intensifica, de modo que a política (estatal ou não) se tornou o emprego do direito de matar com base na inimizade dentro de sistemas que só podem funcionar na turbulência ou complexidade de um estado de emergência. Nesse contexto, uma nova assemblagem maquínica emerge a partir da turbulência e complexidade na qual a necropolítica intensifica a biopolítica, isto é, na qual a política se constitui em uma forma de guerra, provocando a atividade contínua do que Deleuze e Guattari descreveram como “uma máquina-de-guerra”.¹³ Enquanto um poder militar que é comprado e vendido, a máquina de guerra emerge em parte com o fracasso do Estado em manter uma infraestrutura econômica de autoridade política, de modo que a guerra pode ser travada por aqueles que não tem Estado, mas que ganharam controle sobre um determinado território.

Com essa forma de guerra, uma questão é colocada sobre como corpos, vida e morte estão relacionadas ao poder. Essa questão se coloca não somente porque tecnologias de destruição são agora “mais táteis, mais anatômicas e sensoriais.” A questão também é colocada porque as práticas da necropolítica, segundo Mbembe, “se preocupam menos com inscrever corpos em aparatos disciplinares e mais com inscreve-los, quando chegar o tempo, na ordem da economia máxima agora representada pelo ‘massacre’.”¹⁴ A máquina de guerra não somente mata de uma vez, mas também se apossa dos recursos para a vida em um determinado território, função econômica da máquina de guerra que dispersa populações ou as imobiliza, deixando-as para uma vida de morte em vida.

Sob essas condições, Bauman argumenta, não pode haver segurança. Em vez disso, há situações de “contingência sem liga” e “acidentes inexplicáveis”, onde qualquer tentativa de governo enfrenta “alianças ad hoc de poderes ajuntados ou desmantelados por suborno ou chantagem.”¹⁵ Há uma generalização da criminalidade misturada com governança que se apresenta como legítima. Todos

¹² Giorgio Agamben, *Homo Sacer: Sovereign Power and Bare Life*, trad. Daniel Heller-Roazer (Stanford, CA: Stanford University Press, 1998).

¹³ Deleuze e Guattari, *A Thousand Plateaus*, 351-423.

¹⁴ Mbembe, “Necropolitics,” 23.

¹⁵ Bauman, *Wasted Lives*, 89.

correm o risco de ser presos, mesmo que esse risco seja de fato carregado diferentemente por populações diferentes e corpos diferentes. De fato, como Massumi sugere, “o crime é ele mesmo a figura do caso-limite (particularmente ‘crimes contra a comunidade’ e ‘contra a humanidade’, que por sua natureza genérica tendem a subsumir todas as outras variedades).”¹⁶ Nessa situação, Bauman argumenta, “é possível evitar ser uma vítima, mas nada pode ser feito para escapar o destino de ser uma vítima colateral.” Para Bauman, essa é a “dimensão sinistra” da turbulência e da complexidade.¹⁷

Em conclusão

Michael Taussig escreveu: “E se não for um sistema, mas um ‘sistema nervoso’, no qual a ordem se torna desordem no momento em que é percebida?”¹⁸ Deleuze escreveu: “Caos e catástrofe sugerem o colapso de todos os figurativos dados, e, portanto, já implicam em uma luta, a luta contra o clichê, o trabalho preparatório (tanto mais necessário porque não somos mais ‘inocentes’). É desse caos que a “geometria teimosa” ou “linhas geológicas” emergem pela primeira vez e essa geometria ou geologia deve, por sua vez, passar pela catástrofe para que as cores surjam, para que a terra se levante em direção ao sol.”¹⁹

Voltando para a Colômbia em maio de 2001, Michael Taussig manteve um diário. Ele publicará entradas referentes às duas semanas que passou em uma cidade sob controle paramilitar imposto por “lei e ordem por meio de assassinatos seletivos.” O termo *paramilitar* é elusivo, Taussig propõe, visto que aponta para soldados que não são realmente soldados, “mas são mais como fantasmas voando entre o visível e o invisível, entre o exército regular e o submundo criminoso dos assassinos e torturadores que todos os Estados parecem recrutar sem problema algum quando suas costas estão contra a parede.”²⁰ Soldados fantasmagóricos drenam o potencial de honrar os fantasmagorizados, os assombrados, como forma de crítica social: a violência vem muito fácil, muito rápido e sem legitimidade, mas também sem muita resistência.

¹⁶ Massumi, “Requiem for Our Prospective Dead,” 57-58.

¹⁷ Bauman, *Wasted Lives*, 89.

¹⁸ Michael Taussig, *Law in a Lawless Land* (New York: New Press, 2003), xi.

¹⁹ Gilles Deleuze, *Francis Bacon: The Logic of Sensation*, trad. Daniel W. Smith (Minneapolis, University of Minnesota Press, 2003), 91.

²⁰ Taussig, *Law in a Lawless Land*, 17-18.

Mas ainda há fantasmas honoráveis, assim como a representação, a disciplina, a ideologia, a identidade do sujeito e a extração de mais-valia dos corpos humanos concebidos enquanto orgânicos ainda importam. Ainda há sujeitos traumatizados que importam. Mas há algo mais, algo sobre a socialidade de um sistema, um sistema nervoso, que nos puxa para a complexidade, para a turbulência, para as condições longe-do-equilíbrio – nos puxando para engajarmos criticamente com o lado sinistro do sistema, bem como com seu potencial para a liberdade. Somos atraídos também para e para além de um limite tecnontológico e demandados a pensar a afetividade pré-individual, onde as políticas de luto dos corpos fantasmagorizados é muito lenta para engajar capacidades afetivas pré-individuais que uma economia política capitalista já mapeia e mina.

Então tomamos as palavras de Deleuze como lema para a teoria crítica, embora isso pareça obscuro. É, afinal de contas, difícil ver o sol com o qual ele ilumina o colapso de todos os figurativos dados e energiza a preparação para alutar o clichê com objetivo de achar, no caos, as cores surgindo. É difícil quando as mudanças que ocorrem na virada afetiva são aquelas trazidas por, ou pelo menos juntas com, grande violência, bem como com o desinteresse e a arrogância daqueles que controlam, não importa por quanto pouco tempo e sobre qual arranjo geopolítico montado, frequentemente com apoio do que Fred Moten e Stefano Harney chamaram de “negligência” da profissionalização das disciplinas acadêmicas.²¹

Contra a virada para essa profissionalização do know-how para administrar o mundo (para longe), Moten e Harney propõe “sair desse ceticismo do sabido em direção a um confronto inadequado com o que o excede e excede a nós.”²² Confronto inadequado: é inadequado porque as disciplinas, se tornando profissionais, só podem julgar o que ainda não está marcado para sua assimilação fácil como inadequado, não profissional, até mesmo antiético ou criminoso. Então, temos o que resta, os remanescentes de aprender junto, encorajando-nos a ser mais corajosos, mais criativos e ainda menos adequados na próxima vez. Logo, o deixamos não somente com nossos fantasmas honrados, mas também

²¹ Fred Moten e Stefano Harney, “The University and the Undercommons: Seven Theses,” *Social Text* 79 (2004): 108.

²² *Ibid.*, 109.

com corpos, e capacidades corporais, capacidades afetivas de agir, de prestar atenção, de sentir, de se sentir vivo.

Para citar este texto: CLOUGH, Patricia Tricineto. Da produção e consumo para a circulação do afeto. (Tradução por Lucas Faial Soneghet) *Blog do Labemus*, 2020. [publicado em 16 de novembro de 2020]. Disponível em: <https://blogdolabemus.com/2020/11/16/da-producao-e-consumo-para-a-circulacao-do-afeto-por-patricia-clough>

Referência da tradução: CLOUGH, Patricia Ticineto. Introduction. The Affective Turn: Theorizing the Social. In: *The affective turn: Theorizing the social*, Duke University Press, 2007, p. 21-29